DECRETO-LEI Nº 51, de 03 de abril de 1975

Cria o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, dispõe sobre sua natureza, finalidade, composição, estrutura e competência básica e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Art. 3º da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, decreta:

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º. O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro é responsável pelas atribuições do Poder Público Estadual em matéria doutrinária normativa, consultiva e de planejamento setorial ligada a assuntos educacionais, observada a competência que lhe confere a legislação de ensino do Estado e do País.

Art. 2º. O Conselho Estadual de Educação tem por finalidade básica zelar para que se cumpram, no âmbito estadual, as leis do ensino e assegurar à ação educativa, a nível de sua competência, desenvolvimento planejado, coordenado e integrado em função de objetivos e resultados prévia e periodicamente previstos em termos de custo, tempo, quantidade e qualidade.

§ 1º. A atuação do Conselho será desenvolvida em estreita articulação com os demais órgãos estaduais de educação.

§ 2º. A função de planejamento consistirá na apreciação e aprovação dos planos que lhe forem submetidos pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O Conselho Estadual de Educação é constituído de 21 (vinte e um) membros nomeados pelo Governador do Estado por indicação do Secretário de Estado de Educação e Cultura, com mandato de 4 (quatro) anos, admitida a recondução por mais 1(um) período.

§ 1º. Os membros do Conselho serão escolhidos entre pessoas de notável saber e experiência em matéria de Educação, que representem os diversos graus de ensino, o magistério oficial e o particular, assegurada, no colegiado, a presença de representantes das diferentes áreas do Estado.

§ 2º. Participará, como membro do Conselho Estadual de Educação, sem mandato prefixado, 1(um) representante da Secretaria de Planejamento e

Coordenação Geral da Governadoria do Estado, indicado pelo respectivo Secretário.

§ 3º. A renovação do Conselho se fará de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente por 1 (um) e 2(dois) terços.

§ 4º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos dentre seus membros com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução imediata.

Art. 4º. As funções do Conselheiro serão consideradas de relevante interesse público, tendo o seu exercício prioridade sobre o de quaisquer outras, assegurando-se-lhes os direitos e vantagens de qualquer cargo público exercido cumulativamente, não se computando em relação a este as ausências determinadas pelo comparecimento a sessões do Conselho ou participação em diligências.

§ 1º. Os Conselheiros farão jus a transporte, quando convocados e não residentes no local onde funciona o Conselho, além de gratificação de presença.

§ 2º. O Presidente do Conselho dará horário compatível com as necessidades do órgão e fará jus a gratificação mensal de representação.

§ 3º. Os valores e os critérios das gratificações de presença e de representação e das diárias serão fixados em ato do Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado de Educação e Cultura.

Art. 5º. O mandato de qualquer Conselheiro será considerado extinto nos casos de renúncia expressa ou tácita, configurando-se esta última pela ausência por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem pedido de licença.

Parágrafo único. O Governador do Estado, ouvido o Secretário de Estado de Educação e Cultura designará substituto para o Conselheiro licenciado por tempo superior a 30 (trinta) dias e pelo período da licença.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 6º. A estrutura básica do Conselho é a seguinte:

- I. Presidência
- II. Vice-Presidência
- III. Secretaria-Geral
 1. Assessorias
 - 1.1. Assessoria Técnica
 - 1.2. Assessoria Administrativa
 2. Serviços

2.1. Serviços de Apoio Técnico

2.2. Serviço de Apoio Administrativo

IV. Câmaras

1. Câmara de Planejamento
2. Câmara de Educação Pré-Escolar e de Ensino de 1º Grau
3. Câmara de Ensino de 2º Grau
4. Câmara de Ensino de 3º Grau
5. Câmara de Ensino Supletivo

V. Comissões

1. Comissão de Legislação e Normas
2. Comissão de Encargos Educacionais

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO E DOS ÓRGÃOS BÁSICOS DE SUA ESTRUTURA

SEÇÃO I

Da Competência do Conselho

Art. 7º. Compete ao Conselho observada a política de desenvolvimento econômico e social do Estado, além do que constar de legislação específica, participar da formulação da política educacional do Estado, zelar pelo cumprimento das leis e normas de ensino e orientar, através dos órgãos próprios, a ação educativa estadual em matéria doutrinária, normativa, consultiva e do planejamento.

SEÇÃO II

Da Competência da Presidência

Art. 8º. À Presidência do Conselho, exercida por seu Presidente com a assistência dos titulares dos órgãos que lhe são diretamente subordinados e auxiliada por pessoal técnico e administrativo a ser fixado em Decreto, compete exercer a direção superior do Conselho, além do que constar especificamente do Regimento do órgão.

SEÇÃO III

Da Competência da Vice-Presidência

Art. 9º. À Vice-Presidência, exercida por um Vice-Presidente provido na forma do que dispõe o § 3º deste decreto e auxiliada por pessoal técnico e administrativo a ser fixado em Decreto, compete assistir a Presidência do Conselho em matéria de planejamento, integração e coordenação geral.

Parágrafo único. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas

ausências e impedimentos.

SEÇÃO IV

Da Competência da Secretaria-Geral

Art.10. À Secretaria-Geral, exercida por um Secretário-Geral com a assistência de um Subsecretário-Geral e dos titulares dos órgãos que lhe são diretamente subordinados, compete apoiar, técnica e administrativamente, os trabalhos do Conselho, preparando as sessões plenárias, elaborando atas, atendendo a solicitações de diligências, revendo e preparando matéria de divulgação e publicação, e outros encargos de natureza técnica e administrativa.

SEÇÃO V

Da Competência das Câmaras

Art. 11. Às Câmaras, cujos trabalhos serão dirigidos por Presidentes, com a assistência de pessoal técnico e administrativo a ser fixado em Decreto, compete opinar prévia e conclusivamente sobre assunto a ser votado pelo Conselho Pleno, responder a consultas do Presidente do Conselho e dos Presidentes de outras Câmaras e Comissões, sugerir medidas e providências, promover estudos e pesquisas necessários ao desempenho de suas funções, sugerir sistemáticas processuais, zelando também pelo cumprimento das diligências e resoluções do Conselho na área de suas respectivas competências.

SEÇÃO VI

Da Competência das Comissões

Art. 12. Às Comissões, cujos trabalhos serão dirigidos por Presidentes com a assistência de pessoal técnico e administrativo a ser fixado em Decreto, compete o exame de processos, a elaboração, exame, revisão e acompanhamento de planos e programas aprovados pelo Conselho, e o desempenho de encargos específicos que lhes forem atribuídos pela Presidência.

CAPÍTULO V

DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO

Art. 13. Os responsáveis pela direção de órgãos e pela coordenação e condução de atividades específicas, são os seguintes:

- I. Da Presidência, um Presidente;
- II. Da Vice-Presidência, um Vice-Presidente;
- III. Da Secretaria-Geral, um Secretário-Geral;
- IV. Das Câmaras, Presidentes de Câmara;
- V. Das Comissões, Presidentes de Comissão;

VI. Das Assessorias, Assessores-Chefes;

VII. Dos Serviços, Chefes de Serviços;

VIII. Dos trabalhos específicos, Encarregados.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, criado por este decreto-lei, sucede para todos os efeitos legais, os Conselhos Estaduais de Educação integrantes da estrutura administrativa dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Parágrafo único. O acervo, nele incluída toda a documentação dos Conselhos extintos, passará a ser utilizado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Art. 15. Os projetos de deliberação, sobre qualquer matéria de competência do órgão, encaminhados pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura, deverão ser votados no prazo de até 40(quarenta) dias, contados de sua entrada no Conselho.

Art.16. Dependem de homologação do Secretário de Estado as deliberações do Conselho.

§ 1º. A homologação e o veto integral ou parcial às deliberações do Conselho deverão ser expressos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrada da respectiva documentação no Gabinete do Secretário.

§ 2º. O Secretário de Estado de Educação e Cultura comunicará ao Presidente do Conselho, dentro do prazo a que se refere o parágrafo anterior, os motivos do veto.

§ 3º. Decorrido esse prazo, sem comunicação ao Conselho, do veto do Secretário de Estado, considerar-se-ão aprovadas as deliberações, por portaria do Presidente do Conselho, expedida dentro dos 10 (dez) dias seguintes.

Art. 17. O Secretário-Geral, os titulares de cargos em comissão e funções gratificadas, assim como o pessoal técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho, poderão, a critério do Presidente, ficar sujeitos ao regime de tempo integral.

Art. 18. O Conselho Estadual de Educação constitui unidade administrativa da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. O detalhamento da organização técnica e administrativa do Conselho ora criado, será definido em Resolução do Secretário de Estado de Educação e Cultura, ouvida a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado.

Art. 20. Os mandatos dos membros do Conselho de Educação dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ficam prorrogados até a instalação do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, cabendo-lhes, até que essa medida se efetive, desempenhar as tarefas necessárias ao funcionamento do órgão, atendidas as disposições específicas do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Caberá também aos membros remanescentes dos antigos Conselhos prestar toda assistência aos trabalhos de ajustamento a que se refere o artigo anterior.

Art. 21. Os mandatos dos integrantes do primeiro Conselho nomeado na forma deste decreto-lei serão, respectivamente, de 4 (quatro) e 2 (dois) anos para 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços) do número de Conselheiros, ressalvado o disposto no § 2º do art. 3º deste Decreto-lei.

Art. 22. Os processos não relatados e com despacho final até dia 15 de março do corrente ano, serão redistribuídos para exame pelos órgãos próprios que integram o Conselho, ora criado.

Art. 23. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 1975

FLORIANO FARIA LIMA
Myrthes De Luca Wenzel
Ronaldo Costa Couto